

# ORA newsletter

---

**Nº 63 – ABRIL/2012**  
(circulação limitada)

## **Assuntos**

<b>Resumo Fiscal/Legal – Março de 2012</b>	<b>1</b>
<b>Custo Amortizado – Enquadramento e Determinação</b>	<b>2</b>
<b>Revisores e Auditores</b>	<b>6</b>

## **LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – MARÇO DE 2012**

**Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Decreto-Lei n.º 64/2012, de 15 de Março** - Procede à alteração do regime jurídico de protecção no desemprego dos trabalhadores por conta de outrem, beneficiários do regime geral de segurança social, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro.

**Ministério da Solidariedade e da Segurança Social - Decreto-Lei n.º 65/2012, de 15 de Março** - Estabelece, no âmbito do sistema previdencial, o regime jurídico de protecção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores que se encontrem enquadrados no regime dos trabalhadores independentes e que prestam serviços maioritariamente a uma entidade contratante.

**Assembleia da República - Resolução da Assembleia da República n.º 31/2012, de 20 de Março** - Auditoria a realizar pelo Tribunal de Contas ao processo de nacionalização do BPN - Banco Português de Negócios e ao processo que determinou a insolvência do BPP - Banco Privado Português, avaliando, nomeadamente, os custos já realizados e a realizar pelo Estado Português.

**Banco de Portugal - Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2012, de 20 de Março** - Altera o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2007 no sentido de precisar que as posições em risco sobre instituições com prazo de vencimento inicial não superior a três meses devem ser objecto de uma ponderação de 20%, independentemente da moeda em que essa posição se encontra expressa e financiada.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 77/2012, de 26 de Março** - Primeira alteração à Portaria n.º 121/2011, de 30 de Março, que regulamenta e estabelece as condições de aplicação da contribuição sobre o sector bancário.

**Ministério das Finanças - Portaria n.º 80/2012, de 27 de Março** - Segunda alteração à Portaria n.º 1219-A/2008, de 23 de Outubro, que regulamenta a concessão extraordinária de garantias pessoais pelo Estado, no âmbito do sistema financeiro.

# ORA newsletter

---

**Nº 63 – ABRIL/2012**  
(circulação limitada)

## **CUSTO AMORTIZADO – ENQUADRAMENTO E DETERMINAÇÃO**

### **Enquadramento**

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em vigor desde 1 de Janeiro de 2010, veio introduzir no normativo nacional, o método do custo amortizado como uma forma de mensuração de instrumentos financeiros (IF), método já previsto nas normas internacionais de relato financeiro (IAS/IFRS) e transposto para o referencial contabilístico português através da Norma contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 27 – Instrumentos financeiros.

Esta norma teve por base as seguintes normas internacionais emitidas pelo IASB:

- IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação;
- IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração; e
- IFRS 7 – Instrumentos financeiros: Divulgações.

O método do custo amortizado é de aplicação complexa pelo que, numa óptica de custo/benefício pode revelar-se dispensável, sendo compreensível o carácter não imperativo consubstanciado na NCRF 27. De acordo com preconizado na IAS 39, o método do custo amortizado é de aplicação obrigatória na mensuração de determinados instrumentos financeiros.

### **Conceito de custo amortizado**

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é a quantia pela qual o activo ou o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método do juro efectivo, de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, e menos qualquer redução (directamente ou por meio de uma conta de abatimento) quanto à imparidade ou incobrabilidade.

### **Reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros (IF)**

#### **Reconhecimento**

Um activo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio deve ser reconhecido apenas quando uma entidade se torne uma parte das disposições contratuais do Instrumento Financeiro.

Os activos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados, não devem incluir os custos de transacção.

Os instrumentos de capital próprio, emitidos antes do seu recebimento devem ser deduzidos ao capital próprio (*exemplo: capital não realizado*).

# ORA newsletter

---

**Nº 63 – ABRIL/2012**  
**(circulação limitada)**

Os instrumentos de capital próprio, adquiridos pela entidade emitente devem ser deduzidos ao capital próprio (*exemplo: acções próprias*).

## **Mensuração**

Nos termos da NCRF 27 todos os activos e passivos financeiros são mensurados em cada data de relato quer:

- Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda de imparidade; ou
- Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser registadas na demonstração dos resultados.

São exemplos de instrumentos financeiros mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade:

- Clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários desde que cumpram as seguintes condições: i) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; ii) os retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa de juro variável; e iii) não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado.
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que: (i) não possam ser liquidados em base líquida; (ii) quando executados se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e (iii) a entidade designe, no momento do reconhecimento inicial para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
- Instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade.

## **Imparidade: Reconhecimento e Mensuração**

### **Reconhecimento**

Devem ser reconhecidas perdas por imparidade de activos que não sejam mensurados ao justo valor, sempre que haja evidência objectiva de que um activo financeiro ou um grupo de activos esteja em imparidade.

### **Mensuração**

Para um IF mensurado ao custo amortizado a perda por imparidade é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (actual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro original efectiva do activo financeiro.

# ORA newsletter

---

Nº 63 – ABRIL/2012  
(circulação limitada)

## Cálculo do custo amortizado

A mensuração ao custo amortizado pressupõe a aplicação da taxa de juro efectiva.

O **método do juro efectivo** é um método de calcular o custo amortizado de um activo financeiro ou de um passivo financeiro e de imputar os gastos ou rendimentos de juros ao longo de um período.

A **taxa de juro efectiva** é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida do instrumento financeiro.

De seguida apresenta-se um exemplo ilustrativo da aplicação do método do custo amortizado a um financiamento bancário:

Montante contratado: 1.000.000
Prazo: 5 anos
Reembolso de capital: 5 prestações anuais
Taxa de juro: 4% ao ano
Comissões e outras despesas de transacção: 20.000

Conforme já referido o custo amortizado pressupõe o cálculo prévio da taxa de juro efectiva. Esta taxa difere da taxa de juro nominal em consequência da existência de gastos incrementais inerentes ao financiamento.

Gastos incrementais são aqueles que não seriam incorridos se a entidade não tivesse adquirido, emitido ou alienado o instrumento financeiro.

Os *cash-flows* do financiamento (calculados com base na taxa nominal) são os seguintes:

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5
<b>Juro</b>	40.000	32.000	24.000	16.000	8.000
<b>Amortizações de capital</b>	200.000	200.000	200.000	200.000	200.000
<b>Cash-flow</b>	240.000	232.000	224.000	216.000	208.000

Cálculo da taxa efectiva:

$$-980.000 = (240.000)/1,04^1 + (232.000)/1,04^2 + \dots + (208.000)/1,04^5$$
$$\text{TIR} = 4,74\%$$

# ORA newsletter

**Nº 63 – ABRIL/2012**  
(circulação limitada)

O custo amortizado do financiamento é o seguinte:

Ano	Amortização de capital (a)	Juro liquidado	Juro efectivo	Comissões	Custo Amortizado	Valor presente dos FC
0	0				980.000	980.000
1	200.000	40.000	46.467	6.467	768.467	768.467
2	200.000	32.000	37.291	5.291	591.758	591.758
3	200.000	24.000	28.058	4.058	395.816	395.816
4	200.000	16.000	18.768	2.768	198.584	198.584
5	200.000	8.000	9.416	1.416	0	0
	1.000.000	120.000	140.000	20.000		

Conforme o exemplo apresentado, o financiamento é inicialmente mensurado pelo valor recebido (980.000 euros), deduzido das amortizações periódicas de capital (200.000 euros) e acrescido das comissões diferidas pelo prazo do financiamento.

A diferença entre o juro efectivo (calculado à TIR) e o juro liquidado (fluxo monetário calculado à taxa contratada), corresponde ao diferimento das comissões. Sempre que ocorram alterações nas condições contratuais iniciais, devem ser calculados novos *cash-flows* e proceder-se à sua actualização com base na TIR original.

Nos casos em que não há gastos de transacção iniciais (comissões e outros encargos incorridos com a contratação do financiamento), a taxa de juro contratada é igual a taxa de juro efectiva, pelo que o valor do reconhecimento inicial é igual ao valor nominal contratado.

**- Beatriz Costa -**

## **Bibliografia:**

- NCRF 27 – *Instrumentos financeiros*
- IAS 39 – *Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração*
- SILVA Eduardo; CRUZ, Inês – *Custo amortizado e imparidade: Desenvolvimentos previsíveis. Edição Vida Económica*
- *Mensuração ao custo amortizado – formação ministrada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Fevereiro de 2012).*

# ORA newsletter

---

**Nº 63 – ABRIL/2012**  
(circulação limitada)

## REVISORES E AUDITORES

Na sequência da discussão iniciada com o “Livro Verde da Auditoria – Lições da Crise”, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de alterações da Directiva do Conselho sobre Auditoria (8ª Directiva), e uma proposta de um Regulamento Europeu para a auditoria de entidades de interesse público, documentos já mencionados em ORA Newsletters anteriores.

As alterações propostas pretendem contribuir para a independência dos auditores e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados por estes profissionais, com a finalidade de proporcionar mais fiabilidade à informação divulgada e de contribuir para a restituição da confiança no mercado.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), como entidade nacional que congrega a regulamentação e o controlo operacional de todos os auditores e firmas de auditoria, estando plenamente alinhada com as preocupações e com os objectivos identificados no parágrafo anterior, aprovou em reunião do Conselho Directivo de 9 de Fevereiro, um documento com comentários sobre as propostas referidas.

Os temas abordados e objecto de comentários/justificações pela OROC são os seguintes: i) Regulamento; ii) Isenção de Auditoria; iii) Proibição de serviços para além de auditorias (“non-audit” services); iv) Rotação obrigatória das firmas de auditoria; v) Medidas restritivas nos serviços de auditoria; vi) Supervisão pública; vii) Limite de responsabilidade profissional; viii) Concentração do mercado; ix) Passaporte Europeu; x) Normas de auditoria; e xi) Capital das firmas de auditoria.

Pelo seu interesse recomendamos a consulta da integralidade do documento que pode ser obtido em:

[www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2012/ComentariosOROC.pdf](http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Tecnico/2012/ComentariosOROC.pdf)

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*